

Parlamentares têm verba filantrópica desde 1948

Os recursos no orçamento da União de 1988 destinados a entidades assistenciais e filantrópicas são de Cz\$ 560 milhões (a preços de 1987); corrigidos na revisão do orçamento, totalizam cerca de Cz\$ 3 bilhões. Divididos entre os 559 parlamentares, resultam numa verba de Cz\$ 5,3 milhões para cada parlamentar.

Os recursos orçamentários para as entidades filantrópicas existem desde 1948, quando foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério da Educação. O Conselho é depositário legal dessa verba, e, teoricamente, deveria se encarregar de definir os destinatários do dinheiro. Mas um acordo informal entre os poderes Executivo e Legislativo criou a tradição

de dividir o orçamento do CNSS igualitariamente entre deputados e senadores, que se responsabilizam por distribuir a verba.

Segundo o diretor da assessoria técnica da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara dos Deputados, Luiz Vasconcelos, os recursos "são aplicados criteriosamente". Ele assegura que qualquer verba só pode ser destinada por um parlamentar quando o beneficiário, além de credenciado no CNSS, apresenta "atestado de funcionamento expedido por autoridade judiciária, balanço financeiro em dia e rigorosa prestação de contas das verbas recebidas anteriormente; o dinheiro nunca passa pela mão dos parlamentares".